



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0015133-82.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Erick Wilson Basilio**  
 Requerido: **Omni Financeira e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de quantia em dinheiro decorrente de financiamento celebrado com a ré **OMNI** e que não lhe teria sido entregue.

Esta, em contestação, confirmou a realização do negócio e ressaltou que efetuou a entrega de todo o numerário ajustado, fazendo-o de acordo com expressa autorização do autor a pessoas que identificou.

Assim posta a questão debatida, foi assinalado a fl. 47 que não havia nos autos comprovação específica de que os depósitos aludidos pela ré **OMNI** tivessem acontecido da forma como ela asseverou na peça de resistência.

Por tal motivo, foi-lhe concedido o prazo de vinte dias para amealhar os documentos que demonstrassem tais pagamentos, “*reputando-se que eles não aconteceram em caso de silêncio*” (fl. 47, item 2, parte final do penúltimo parágrafo).

Essa conclusão é a que se impõe precisamente porque a ré permaneceu inerte a propósito da matéria em apreço (fl. 50), deixando de atender à determinação que lhe foi dirigida ou de pronunciar-se sobre ela.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A relação jurídica concernente ao financiamento trazido à colação foi estabelecida entre o autor e a ré **OMNI**, sem que os corréus tivessem com a mesma qualquer liame.

Eles, ademais, ao que consta não tiveram ligação com os fatos noticiados, de sorte que o pedido quanto a eles não vinga.

Solução diversa apresenta-se à ré **OMNI** porque, como destacado, ela não demonstrou que implementou os pagamentos da forma como o autor autorizara.

Tocava-lhe fazer prova nesse sentido, seja a partir da regra do art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor, seja na esteira do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Ela não se desincumbiu desse ônus, porém, de sorte que quanto a ela o pleito exordial prospera.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **OMINI S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, rejeitando o pedido em face dos réus **VILMAR JOSÉ RODRIGUES ME e JOSÉ EDUARDO PINHO**.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**